

GRANDES DESAFIOS
DOS MUNICÍPIOSOLHAR
FUTUROPlanejamento
Urbano

Foto: Univaldi Guberti/Ag. A TARDE

DIREITO À CIDADE
Melhorar acesso a serviços e, consequentemente, a qualidade de vida da população

DESCENTRALIZAÇÃO
Descentralizar serviços e equipamentos pela cidade

OCUPAÇÃO
Realizar regularização fundiária das moradias da capital

CENTRO HISTÓRICO
Reocupação da área com atividade econômica e habitação

PRINCIPAIS
DESAFIOS

Mesmo sem as antigas palafitas, Alagados ainda exige atenção

BRUNO LUIZ SANTOS

Sair de casa às 5h30 da manhã para chegar à escola às 7h. Esta é a rotina diária de Emanuel de Santana Abreu, 17 anos, e mais outros dois amigos que moram na região dos Alagados, no bairro do Uruguaí, em Salvador, e estudam na Ribeira. A distância não seria tão grande, se percorrida de ônibus. Mas esse caminho é feito a pé. De famílias de baixa renda, Emanuel e os amigos não têm condições de pagar todo dia o valor da passagem do transporte público.

Ter condições de deslocamento dignas faz parte do que se chama direito à cidade. Algo que Emanuel também reclama de não conseguir acesso. “Acabo ficando mais dentro do bairro e dentro de casa mesmo. Não é só nem por causa da locomoção, mas pela falta de segurança também”, conta.

Na lei federal do Estatuto da Cidade, de 2001, a ideia do direito à cidade aparece como “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. Para especialistas ouvidos por A TARDE, proporcioná-lo à população é um dos maiores desafios que o próximo prefeito de Salvador terá no quesito planejamento urbano.

Centralização

Para Raimundo Nascimento, geógrafo e um dos diretores da Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (Cammipi), é preciso ampliar o acesso da população periférica a outros espaços, como o centro da cidade, onde estão concentrados equipamentos como teatros e prédios que fazem parte da história e da cultura soteropolitanos.

“A juventude fica confinada nos bairros. Por isso que acabam surgindo os paredões, o partido alto. Eles precisam ter outras opções. Tomar cerveja no bar não é lazer”, reclama.

A arquiteta e urbanista Angela Gordilho, professora da Ufba, observa que é preciso descentralizar mais os equipamentos e serviços, para promover qualidade de vida às populações periféricas.

“Falta na cidade de Salvador é olhar a Grande Salvador, no seu conjunto, na sua expansão, uma expansão sustentável. Enquanto a gente tiver exclusão, segregação e pobreza, a violência só tende a aumentar”, defende. Cidade que cresceu sem pla-

DIREITO À CIDADE De acordo com especialistas, as políticas implementadas até então ainda têm sido inócuas na conquista de uma cidade mais inclusiva

INCLUSÃO DA POPULAÇÃO PERIFÉRICA É DESAFIO PARA PLANEJAMENTO DA CIDADE

neamento, Salvador tem 70% de sua população vivendo em áreas irregulares, o que equivale a mais de 2,1 milhões de pessoas morando em locais sem regularização fundiária, de acordo com o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Sérgio Guanabara.

A prefeitura enviou para a Câmara Municipal um projeto de lei que cria um plano de regulação desses espaços. A prioridade, caso a proposta seja aprovada, é emitir os títulos de propriedade para as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), voltadas para

populações de baixa renda. “A partir da aprovação desta lei, a prefeitura tem que fazer um plano urbanístico em cada área dessa. Vamos ter que definir a prioridade dentre essas áreas”, explica.

Para Neilton Dórea, vice-presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU/BA), outra variável precisa ser levada em conta pelo poder público em relação às habitações: as moradias para população de baixa renda. “Tem que se mudar esse pensamento de achar que casa de pessoa pobre tem que ter baixa qualidade de ar-

quitetura e de construção (de materiais, de tudo)”, critica.

Centro Histórico

A reocupação de áreas do Centro Histórico da cidade é uma das principais pautas tanto da prefeitura quanto do governo estadual nos últimos tempos.

Para o arquiteto e urbanista Lourenço Mueller, a estratégia de “reuso” de prédios históricos é acertada. Segundo ele, dar aproveitamento econômico às edificações, como transformá-las em hotéis, administrativas ou de moradias é uma

“proposta de urbanismo moderno”.

Neilton Dórea defende que as construções sejam usadas também de forma habitacional e que, neste sentido, haja um “mix”, com moradias para várias camadas sociais, de forma a não se criar “guetos”.

“Você tem que ter habitação perto do trabalho, serviços perto de casa. Você pegar equipamentos no centro, com toda infraestrutura e não colocar habitação seria uma tremenda falta de visão dos gestores públicos”, sustenta.

OLHAR DO
ESPECIALISTAANGELA GORDILHO
Arquiteta e urbanista

Arquiteta pessoal

Nossas cidades acumulam imensos problemas urbanísticos, diante da concentração dos benefícios urbanos, verticalização intensiva e periferização da pobreza, resultando na segregação, carência de áreas verdes e espaços públicos, esvaziamento de áreas centrais, mobilidade deficiente, dentre outros aspectos que impactam o bem-estar coletivo. Dos 202 milhões de habitantes do país, 84% estão em área urbana, metade nas metrópoles, nas quais as ocupações informais periféricas variam de 30% a 70% da população – Salvador entre as que atingem maiores índices. As políticas urbanas implementadas têm sido inócuas na conquista de cidades mais inclusivas. Com o Estatuto da Cidade/2001, muito se avançou nos direitos coletivos, entretanto, na prática, ainda não foi possível aplicar os instrumentos conquistados, em prol da construção democrática das cidades. Os grandes projetos urbanos recentes, de gestão corporativa privada, produzem seletivamente espaços exclusivos para o consumo, ficando a periferia desassistida, o que contribui para acirrar a violência urbana. Temos que persistir nas ações públicas de interesse social para a conquista de cidades melhores e mais justas.

WWW.ATARDE.COM.BR

Veja galeria de fotos e depoimento com reivindicações de morador

“Acabo ficando mais dentro de casa mesmo. Não é só pela locomoção, mas porque falta segurança”

EMANOEL ABREU, estudante



“Vamos fazer um plano urbanístico para cada área. Vamos definir a prioridade dentre elas”

SÉRGIO GUANABARA, Titular Sedur



Valdemiro Lopes / CMS / Divulgação



Ocupação desordenada é uma das questões que, historicamente, revela o crescimento sem planejamento

Salvador tem 70% de sua população vivendo em áreas irregulares